

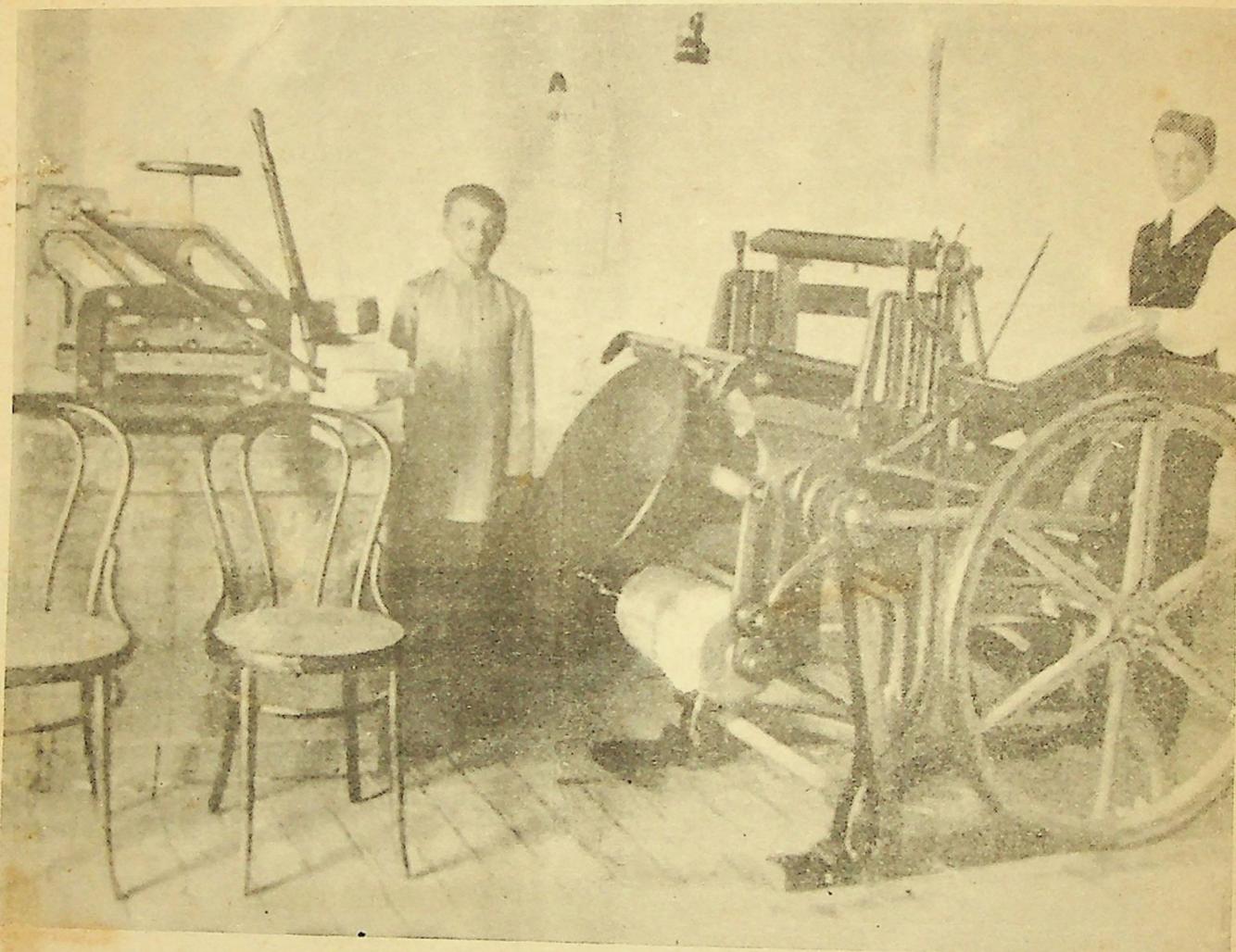
ESTADO DE  MATO GROSSO

DIÁRIO OFICIAL

GOVERNO CARLOS BEZERRA **SUPLEMENTO MENSAL** AGOSTO 1988 Nº 14

IOMAT/UFMT

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR



A imprensa de Mato Grosso é uma das mais antigas do Brasil.
(Foto do Arquivo do NDIHR).

SUMARIO

SÉCULO E MEIO DE IMPRENSA MATOGROSSENSE É PRESERVADO EM MICROFILMES.

Por Eliane Maria de Oliveira Morgado, página nº 14

CATALOGO BIBLIOGRAFICO DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO

Por Pedro Rocha Jucá, página nº 02.

O APELO DE VILA BELA AO REI DE PORTUGAL.

Por Ana Mesquita Martins de Paiva, página 08.

A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM MATO GROSSO.

Por Elizabeth Madureira Siqueira, página nº 10.

MEMORIAL DOS TITULARES DO GOVERNO DE MATO GROSSO.

Por Eliane Maria de Oliveira Morgado, página nº 13

A REPÚBLICA EM CUIABÁ, NO SÉCULO XVIII

Por Carlos Francisco Moura, página nº 18

A PROPÓSITO DE RELEMBRANÇAS. DE ANTONIO DE ARRUDA

Por Corsindio Monteiro da Silva, página nº 19

RUA SETE DE SETEMBRO

Por Maria Auxiliadora de Freitas, página nº 20

Catálogo Bibliográfico da História de Mato Grosso

PEDRO ROCHA JUCA.

Em 1983, quando passei a executar o Projeto "A Expansão Urbana de Cuiabá", no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, tive que enfrentar um sério problema: a inexistência de um Guia Bibliográfico da História de Mato Grosso. Como se sabe, todo trabalho de pesquisa é cansativo por si só e isto toma corpo maior quando, além das tradicionais dificuldades, encontramos outras relacionadas com a localização de fontes e registros. Decidimos, então, buscar material suficiente para elaborar nos um esboço de guia bibliográfico. O entusiasmo foi tanto que conseguimos mais do que esperávamos. E o entusiasmo se projetou até no título. Ao invés de um esboço de guia bibliográfico, que se destinava internamente ao NDIHR, tentamos algo mais amplo, que mais tarde foi batizado pela Professora Elizabeth Madureira Siqueira, supervisoradora do citado Núcleo de Documentação e Informação, como sendo "Catálogo Bibliográfico da História de Mato Grosso".

O citado levantamento bibliográfico começou na Biblioteca do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, uma das mais ricas e valiosas bibliotecas a respeito da História de Mato Grosso, embora o seu acervo, em constante crescimento, ainda não seja tão volumoso. O passo seguinte foi a Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso, que ainda busca valorizar a pesquisa histórica regional. A Biblioteca Pública Estevão de Mendonça, da Fundação Cultural de Mato Grosso, a Biblioteca Municipal Manoel Cavalcante Proença, da Casa da Cultura de Cuiabá, e a Biblioteca da Casa Barão de Melgaço, onde funcionam a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, já foram visitadas e continuam na agenda, pois este trabalho nunca se esgota, uma vez que sempre surgem novas obras.

Depois das bibliotecas locais, buscamos outras. Começamos, no Rio de Janeiro, pela Biblioteca Nacional, um exemplo permanente da tradição cultural brasileira. Em seguida, a pesquisa prosseguiu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outra fonte de grande importância para a historiografia mato-grossense. Em São Paulo, o nosso trabalho começou pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pois há um largo período de vida em comum na fase colonial, e posteriormente estivemos na Biblioteca Mário de Andrade, da Prefeitura Municipal de São Paulo, onde constatamos, por exemplo, a existência um rico acervo de obras raras, com vários exemplares a respeito da História de Mato Grosso.

Neste exato momento, chegamos a um total de 127 páginas datilografadas, mas ainda estamos longe da meta final, pois a busca de mais referências bibliográficas prossegue a todo vapor, com o mesmo entusiasmo e vibração dos primeiros instantes. Não será surpresa se ultrapassarmos às 200 páginas datilografadas. Algumas pesso-

as já disseram que a bibliografia sobre a História de Mato Grosso não é extensa. Já temos material suficiente para contestar e dizer que poucos Estados brasileiros dispõem de um acervo tão volumoso como Mato Grosso.

Os primeiros registros sobre a História de Mato Grosso remontam ao início do Século XVIII, quando a artesanal imprensa de Lisboa publicava as primeiras informações sobre os atos oficiais da Corôa Portuguesa relativos ao distante núcleo populacional que se formava no centro da América do Sul. Coube, entretanto, a Joseph Barboza de Sá o mérito de ser o primeiro a escrever realmente sobre o Arraial e a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Do início a 1765, Joseph Barboza de Sá escreveu a sua consagrada obra "Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seos Princípios thê os Presentes Tempos", mais tarde ampliada para as "Chronicas de Cuiabá", do segundo vereador da Câmara de Cuiabá, Joaquim da Costa Siqueira, que escreveu a História da Capital mato-grossense, continuando o relato de Joseph Barboza de Sá, de 1765 até 1786.

O título de primeiro cronista cuiabano pertence, sem sombra de dúvidas, a Joseph Barboza de Sá, nas coube a Joaquim da Costa Siqueira o cumprimento da Regia Provisão do Conselho Ultramarino, datado de 20 de julho de 1782, que determinava ao segundo vereador da Câmara das vilas portuguesas a escrever "cronologicamente os fatos mais notáveis que aconteceram". A missão oficial de Joaquim da Costa Siqueira se encerrou em 1786, quando ele próprio registrou o seguinte nos "Anais do Senado da Câmara de Cuiabá", obra por ele iniciada a partir do texto deixado por Joseph Barbosa de Sá:

"Estas são as memórias dos estabelecimentos e fatos mais notáveis, que pude alcançar, acontecidos desde a fundação destas Minas até o dia de hoje, 31 de

Suplemento mensal

EXPEDIENTE

GOVERNO

Carlos Bezerra

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Natalino Antunes de Souza

DIRETOR GERAL DA IOMAT

José Gabriel da Silva

DIAGRAMADORES

Celso Molina
Valdeci Bacani

IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua 13 de Junho nº 431 Fone: 321-4613

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso.
Bloco do Centro de Ciências Agrárias, Sala 56.
Fone: 261-2211 (Ramal 170).

dezembro de 1786, que eu, Vereador Segundo do deste mesmo ano, fiz aqui escrever em conformidade da Régia Provisão de Sua Majestade de 20 de julho de 1782, para todo o tempo constar, e de meu próprio punho assinei em Câmara do dito dia 31 de dezembro de 1786. O Vereador Segundo abaixo assinado. Joaquim da Costa Siqueira".

Em seguida, vem uma manifestação declaratória do Juiz de Fora, presidente da Câmara de Cuiabá :

" Como os fatos relatados nesta História são pela maior parte tão antigos como o estabelecimento desta Vila; e ainda os mais modernos, à exceção dos deste presente ano, me são quase desconhecidos; e é necessário que eu entre em mais séria e prolongada indagação, para dar um voto mais seguro e menos equívoco em uma matéria recomendada por Sua Majestade na sua Real Provisão de 20 de julho de 1782, visto que apenas tenho completado um ano de assistência nestas Minas. Podem em tal caso os mais Officiais meus companheiros neste Senado cumprir o que lhes ordena a mesma Senhora, pois que tenho fim os seus exercícios no dia de amanhã. Não devem, consequentemente, deixar de dar-nos agora mesmo a sua aprovação e voto. Cuiabá, em Câmara, aos 31 de dezembro de 1786. Diogo de Toledo Lara Ordonhez".

Por sua vez, os vereadores e o Procurador do Senado acrescentaram o seguinte atestado:

" Nós, abaixo-assinados, Vereador e Procurador do Senado da Câmara desta Vila que o presente ano servimos, atestamos em fé do juramento dos nossos cargos, em como todos os fatos e acontecimentos, que se acham descritos nas memórias acima exaradas, aqueles que escreveu o Segundo Vereador atual desde o ano de 1765 até o dia de hoje, são com efeito verdadeiros, e dignos de toda a crença por serem todos acontecidos em tempo, em que já pré-existíamos nestas Minas, isto é, o primeiro e Segundo Vereador, e muitos deles em tempo de Terceiro Vereador, e outros do Procurador, e termos na verdade perfeita, e inteira notícia deles, assim como os mais que ele acrescentou nas memórias do antigo escritor Joseph Barboza de Sá, respectivo aos anos de 1755 a 1765. Quanto, porém, às que foram escritas pelo dito Joseph Barboza de Sá desde o estabelecimento destas Minas até o tempo relacionado, asseveramos que, exceto aqueles que vão anotados à margem pelo nosso Presidente atual, não

achamos sobre eles coisa contrária, e para que assim conste passamos a presente por um de nós escrita, e por todos assina da nesta Vila de Cuiabá, em Câmara, de 31 de dezembro de 1786. Joaquim Lopes Poupino, Joaquim da Costa Siqueira, Manoel Nunes de Brito Leme, Manuel Ventura Caldas".

A preocupação com a veracidade dos fatos narrados é reforçada com a Declaração e Aprovação do Juiz de Fora, presidente da Câmara de Cuiabá, nos seguintes termos:

" Atesto que havendo lido e examinado as memórias históricas, descritas por ordem cronológica desde os princípios desta Vila pelo tenente Joaquim da Costa Siqueira, Vereador Segundo do Senado da mesma no ano pretérito, em conformidade com a Régia Provisão já acima mencionada, achei, naquela parte que combinei com o contêxto dos primeiros Livros de Vereação e Registros existentes no Arquivo do mesmo Senado, vários anacronismos e erros essenciais de História, que mostrei e corrigi com as Notas e Ilustrações, que se acham à margem dos parágrafos competentes, tanto quanto me permitiram as minhas ocupações: os quais erros, e descuidos, somente se deve imputar ao primeiro historiador, a quem seguiu o sobredito Vereador Segundo, o qual, suposto seja o mais capaz entre os moradores desta Vila de desempenhar uma semelhante incumbência pelas suas luzes, critérios e conhecida probidade, apenas corrigiu (como se diz no Atestado retro) alguns fatos notoriamente opostos à verdade, e acrescentou outros que o mesmo escritor tinha omitido; e somente se esforçou, talvez por falta de tempo, a examinar e descrever com toda a verdade aqueles fatos sucedidos já depois da sua assistência nestas Minas, os quais por este motivo merecem todo o crédito; não devendo diminuí-lo o ter narrado um pouco prolixamente algumas matérias, que parece saírem fora do plano, e da mente da mencionada Provisão Régia, por ter bastante desculpa na generosa amizade, que sendo verdadeira, costuma dar demonstração de si em qualquer ocasião. Cuiabá, 20 de junho de 1787, Diogo de Toledo Lara Ordonhez".

A cronologia influenciou, e em muito, os historiadores nato-grossenses. Joseph Barboza de Sá, o primeiro cronista cuiabano, antecipou-se a todos com a sua "Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus Princípios até os Presentes Tempos". Logo depois, Joaquim da Costa Siqueira lançou as suas "Chronicas do Cuyabá", do início até 1786, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e o "Compendio Histórico-Crono-

lógico das Notícias de Cuiabá", de 1787 até 1817, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um complementando o outro. Mais tarde, Felipe José Nogueira Coelho lançou as suas "Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro". A narrativa cronológica prosseguiu, depois, com o Barão de Melgaço - Augusto João Manoel Leverger, que deu prosseguimento à História regional com os seus "Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso", publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com anotações do historiador Estevão de Mendonça, que sempre lhe dedicou a maior estima e foi o seu seguidor nas famosas "Datas Mato-grossenses", lançadas em primeira edição no ano de 1919. A segunda edição, em 1973, foi revista e atualizada em 1973 por Rubens de Mendonça, filho de Estevão de Mendonça, e que também se notabilizou na historiografia mato-grossense.

Rubens de Mendonça e Virgílio Corrêa Filho são duas expressões do maior quilate. Cabe a Rubens de Mendonça o título de historiador mato-grossense que maior número de livros publicou. Somente a sua "História de Mato Grosso" foi editada quatro vezes, sendo a última em 1982, um pouco antes da sua morte. Virgílio Corrêa Filho, por sua vez, foi quem mais escreveu sobre a História mato-grossense, com um grande número de livros, enriquecendo a sua obra com incontáveis artigos no "Jornal do Commercio", na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e várias outras publicações especializadas. A sua "História de Mato Grosso" é um verdadeiro monumento, destacando-se no meado deste século, à exemplo do que aconteceu com as "Datas Mato-grossenses", de Estevão de Mendonça, em 1919. Estas duas obras consagradas apresentam uma coincidência: são baseadas em obras anteriores. As "Datas Mato-grossenses" surgiram do livro "Quadro Chorographico de Matto Grosso", do mesmo Estevão de Mendonça. Por sua vez, a "História de Mato Grosso", de Virgílio Corrêa Filho, fundamenta-se em "Mato Grosso - Seu Devassamento e Oupação", publicado nos anais do IV Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro de 21 a 28 de abril de 1949, também do mesmo autor.

Dois historiadores não mato-grossenses, um no período imperial e outro no republicano, marcaram, com brilho, os seus nomes na História de Mato Grosso: Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, e Sergio Buarque de Hollanda. "A Retirada da Laguna", do Visconde de Taunay, teve a sua 18ª edição brasileira publicada em 1985, tradução da 5ª edição francesa, por Affonso d'Escragnolle Taunay. Dos historiadores não mato-grossenses, o Visconde de Taunay foi quem mais livros publicou sobre a História de Mato Grosso. Além de "A Retirada da Laguna", a sua obra máxima, ele escreveu outro clássico: "A Cidade de Matto Grosso, Antiga Villa Bella", na sua primeira edição, em 1891, baseado no artigo "A Cidade de Matto Grosso (Antiga Villa Bella), o Rio Guaporé e a sua mais Ilustre Victima", publicado em 1881 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e que em 1923, com prefácio de Affonso d'Escragnolle Tau-

nay, chegou ao seu título definitivo e mais conhecido: "A Cidade do Ouro e das Ruínas".

Estes dois ilustres membros da família Taunay estão totalmente ligados à História de Mato Grosso, embora d'Escragnolle Taunay se edentifique mais com a História de São Paulo. Como Mato Grosso e São Paulo tiveram vida em comum até a criação da Capitania de Mato Grosso, separada da de São Paulo, em 1748, o clássico "História Geral das Bandeiras Paulista", de affonso d'Escragnolle Taunay, pertence ao mesmo tempo à História dos dois Estados. "A Retirada da Laguna", do Visconde de Taunay, vale recordar, é o livro sobre a História de Mato Grosso que alcançou o maior número de edições, tanto em versão brasileira como em idioma estrangeiro. Por sua vez, Sergio Buarque de Hollanda deixou, também, duas obras clássicas: "A Época Colonial" e "Monções", não podendo ser esquecido um terceiro livro também importante para a historiografia mato-grossense: "Caminhos e Fronteiras".

Também não era mato-grossense de nascimento o maior historiador militar de Mato Grosso, o general Raul Silveira de Mello, autor de valiosas obras sobre a participação deste Estado na Guerra do Paraguai. A sua obra clássica é "História do Forte de Coimbra", em quatro volumes, compreendendo, cada um, períodos diferentes. O primeiro vai de 1500 a 1718; o segundo, de 1748 a 1802, o terceiro, de 1803-1810 a 1810-1812; e o quarto, finalmente, de 1823-1870 a 1870-1955. Em "A Epopéia de Antonio João", como parte das comemorações do primeiro centenário da epopéia militar de Dourados, em 1964, o general Raul Silveira de Mello fez um importante trabalho histórico, consolidando o nome do tenente Antonio João Ribeiro como herói nacional. Além disto, esclareceu dados e números a respeito daquela fase da invasão paraguaia, mostrando que a Colonia Militar de Dourados, naquele começo de tarde de 29 de dezembro de 1864, foi invadida por um bem armado esquena militar, com o capitão Martin Urbietta comandando 364 homens, que esmagaram o pequeno dispositivo de defesa constituído pelo tenente Antonio João Ribeiro e mais nove militares, além de cinco civis, que não estavam aptos para lutar. Graças a este livro do general Raul Silveira de Mello, o tenente Antonio João Ribeiro foi proclamado patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, conforme o disposto no decreto presidencial nº 85.097, de 29 de agosto de 1980.

Devem ser destacados, também, alguns autores estrangeiros que se notabilizaram na História de Mato Grosso. Joaquim Ferreira Moutinho, depois de viver durante algum tempo em Cuiabá, retornou a Lisboa e publicou "Notícia sobre a Província de Mato Grosso", obra que trouxe aborrecimentos para o presidente da Província de Mato Grosso durante o período crítico da Guerra do Paraguai. José Vieira Couto de Magalhães, que mais tarde, já general, escreveu um outro clássico, "O Selvagem". Hercules Florence, que pertenceu à famosa Expedição Langsdorff, a imortalizou com "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829". Mais tarde, surgiu Karl von Den Steinen escrevendo um outro clássico: "O Brasil Central". Também importante é o livro "Do Rio de Janeiro a Cuiabá", de Her-

bert Huntington Smith. Contudo, pela descrição que faz da Cuiabá que ele conheceu nos meados do Século XIX, Bartolomé Bossi, um pesquisador italiano, publicou em 1865 o livro "Viage Pintoresco por los Rios Paraná, Paraguay, Sn. Lorenzo, Cuyabá e el Arino tributário del Grande Amazonas con la Descripción de la Provincia de Mato Grosso bajo su Aspecto Físico, Geográfico, Mineralógico y sus Producciones Naturales". Como é fácil de se constatar, trata-se do mais longo título de uma obra citada na bibliografia da História de Mato Grosso. A propósito, os títulos mais curtos são "Cuiabá", de Philogonio de Paula Correia, e "Rondon", de Virgílio Corrêa Filho.

Bartolomé Bossi não proporcionou aos mato-grossenses apenas o livro com o mais longo título. A ele devemos outro fato curioso. Embora sendo italiano de nascimento e tenha editado a sua obra em Paris, ele usou como idioma o espanhol. Aliás, vale ressaltar, o espanhol domina a grande maioria das obras editadas no estrangeiro sobre a História de Mato Grosso. O francês fica em segundo lugar pelo número de obras e pelo tamanho do título. Francis de la Porte Castelnau, por exemplo, escreveu o livro "Expédition dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima au Pará; Excutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847, sous la direction de Francis Castelnau". Esta obra foi vertida para o português em 1949 com título "Expedição às Regiões Centrais da América do Sul", traduzida por Olivério M. de Oliveira Pinto. Mas esta não foi a última expedição de um governo estrangeiro a Mato Grosso. A famosa Expedição Langsdorff, organizada pelo governo russo, resultou na consagrada obra de Hercules Florence "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829", que também foi originariamente escrita em francês e mais tarde traduzida para o português pelo Visconde de Taunay. Não seguindo Bartolomé Bossi, seu conterrâneo, Antonio Colbacchini publicou em Torino, na Itália, o seu livro "I Bororos Orientali", que teve uma segunda edição no Brasil em 1926, com um título mais amplo: "I Bororos Orientali. Orarimugudoge del Mato Grosso (Brasile). Depois do espanhol e do francês, duas outras línguas disputam o terceiro lugar na bibliografia estrangeira sobre a história de Mato Grosso: o inglês e o alemão. "Unter den Naturvölkern Zentral-Brazilien", de Karl von Den Steinen, é a obra mais conhecida em alemão, mas "O Brasil Central", narrando os feitos de uma expedição em 1884, na exploração do rio Xingu, traduzido por Catarina Baratz Cannabrava, tem maior vínculo com a História de Mato Grosso, pois é notável o seu minucioso relato sobre Cuiabá, que ele tratou como sendo uma idílica cidade encrustada no coração da América do Sul. Até há pouco tempo, o alemão era, sem a menor sombra de dúvida, a terceira língua mais utilizada, depois do espanhol e do francês, pelos pesquisadores estrangeiros. Contudo, ultimamente o inglês vem sendo mais empregado do que o alemão. Em New York, Claude Lévi-Strauss publicou "The Social and Psychological Aspect of Chilftainship Primitive Tribe: The Nambikuána of North Western Mato Grosso", mas outros autores se no

tabilizaram em língua inglesa, como é o caso do ex-presidente Theodoro Roosevelt, que esteve em Mato Grosso e publicou um clássico que já foi vertido duas vezes para o português. Em 1943, com tradução de Luiz Guimarães Junior, o Ministério da Agricultura publicou a primeira edição brasileira de "Nas Selvas do Brasil", que teve na segunda edição em 1976, com o mesmo tradutor, mas com apresentação de Mario Guimarães Ferri, numa iniciativa conjunta da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, e da Editora da Universidade de São Paulo. Vários outros idiomas foram usados para se escrever sobre a História de Mato Grosso, inclusive o japonês, como é o caso de Ijyu Jigydan Kaigai, que publicou em Toquio "Mato Grosso Shū no Okeru Kōronō Gaikyō", em 1967 sobre as condições dos trabalhadores da agricultura em Mato Grosso, no pós-guerra. em contrapartida, um filho de japonês publicou em 1959, em São Paulo, o livro "Um Japonês em Mato Grosso", de autoria de Guenka Kokichi, como subsídio para a história da colonização Japonesa no Brasil.

Ainda com relação a idiomas, a História de Mato Grosso oferece outras curiosidades, O "Album Graphico do Estado de Mato Grosso", publicado em 1914 e até hoje citado como uma das mais valiosas fontes da História de Mato Grosso, foi editado em Hamburgo por S. Cardoso Ayalala e F. Simon. Em 1904 já havia ocorrido o contrário. "Brief Notice on the State of Matto Grosso", publicação oficial destinada a informar homens de empresa europeus, foi editado no Rio de Janeiro. Por outro lado, se a nossa bibliografia conta com um livro como "A Retirada da Laguna", que foi traduzido da sua versão em francês temos, também, um livro que foi originariamente editado em português e depois obteve uma edição em francês. De 1880 a 1881, em dois volumes, a Typographia de Pinheiro & C. lançou o livro "Viagem ao Redor do Brasil, 1875-1878". Em 1899, a Livraria A. Lavignasse lançou "Voyage au Tour du Brésil", destinado a leitores estrangeiros. A propósito, pelo sesquicentenário de nascimento de João Severiano da Fonsêca, autor desta importante obra, a Biblioteca do Exército lançou em 1986 uma nova edição, em dois volumes, do livro "Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878". Também pode ser citado, entre as curiosidades observadas nas versões, o caso da consagrada obra de Hercules Florence sobre a Expedição Langsdorff. Traduzido inicialmente pelo Visconde de Taunay, e com o título de "Esboço da Viagem Feita pelo Sr. Langsdorff no Interior do Brasil desde Setembro de 1825 até Março de 1829", esta obra foi a que maior número de traduções teve e a que maior número de títulos recebeu. A tradução de Visconde de Taunay tornou-se mais conhecida com o título "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (De 1825 a 1829), que chegou à quarta edição em 1977, pela Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, com um prefácio de Mario Guimarães Ferri. Neste mesmo ano de 1977, "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas pelas Províncias Brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará (1825 - 1829), a tradução e a introdução já eram de Francisco Alvarês Machado e Vasconcelos Florence; prefácio de P. M. Bardi; notas de Luis Lisanti, Lycurgo de

Castro Santos Filho, Newton Carneiro, Boris Kossoy, Cláudia de Vasconcelos Marino e Tekla Hartmann, foi lançado pelo Museu de Arte Assis Chateaubriand. Vasconcelos Florence não foi o único da família a se incorporar às edições seguintes da obra do seu famoso antecessor. Já na primeira edição de "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829", tradução do Visconde de Taunay, o prefácio era de Afonso d'Escraguolle Taunay e de Ataliba Florence. Em 1928, antes desta primeira edição, "De Porto Feliz a Cuiabá; Diário de Viagem de um naturalista da Expedição do Barão Langsdorff" era o título do trabalho do Visconde de Taunay na Revista do Museu Paulista. Não se tratava, evidentemente, de um relato total da obra de Hercules Florence, que seria mais reduzida ainda em 1875, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. XXXVIII, Parte I, com o título "Descrição de Cuiabá. Usos e Costumes dos seus Habitantes", que prosseguiu na Parte II do mesmo tomo e na Parte II do t. XXXIX com o título "Esboço da Viagem Feita pelo Sr. Langsdorff no Interior do Brasil desde Setembro de 1825 até Março de 1829". A Revista do Museu Paulista, por sinal, já havia publicado "Viagem de Porto Feliz a Cuyabá" no seu v. X, repetindo-o no seu v. XVI. Uma outra curiosidade paralela: Boris Kossoy, um grande admirador de Hercules Florence, publicou mais tarde um livro dizendo que Hercules Florence foi o descobridor da fotografia.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - continuadora da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso - é a maior fonte de obras sobre a historiografia mato-grossense. De 1919 para cá, houve apenas um intervalo significativo: de 1955 a 1976. Graças a um trabalho pessoal do acadêmico Luis-Phillipe Pereira Leite, uma das maiores expressões entre os historiadores de Mato Grosso, a citada revista continua circulando, quase tôdas pagas do seu próprio bolso, pois o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso não dispõe de recursos financeiros próprios e o apoio governamental deixa muito a desejar. Os mais destacados historiadores mato-grossenses, em toda as épocas, tiveram as suas obras publicadas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, com destaque todo especial para José Barnabé de Mesquita, com o maior número de títulos. A propósito, deve-se ao mesmo José Barnabé de Mesquita o maior acervo bibliográfico sobre a genealogia cuiabana, trabalho que hoje tem prosseguimento graças ao incansável pesquisador e acadêmico Adauto Dias de Alencar. Em seguida, vem a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principalmente no período em que o grande historiador mato-grossense Virgílio Corrêa Filho foi o seu secretário-geral. Merece registro especial, pela extensão da obra publicada, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, principalmente pelo fato de Mato

Grosso ter sido parte do território paulista durante cerca de 30 anos.

A Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso editou grande número de obras de historiadores mato-grossenses. Nenhuma gráfica publicou tantos títulos como ela. Em seguida, vêm a Escola Técnica Federal de Mato Grosso e a gráfica do Colégio São Gonçalo. Com o surgimento da Universidade Federal de Mato Grosso, a sua gráfica muito produziu na década de 70, caindo o volume de obras a partir do início da década de 80. Hoje, a quase totalidade das obras sobre a História de Mato Grosso é editada fora do Estado, principalmente em São Paulo. Os jornais de Cuiabá exerceram um importante papel no registro da História de Mato Grosso e especialmente do cotidiano da Capital mato-grossense no primeiro quinquênio do Século XX. A primeira nota oficial de uma autoridade mato-grossense, por exemplo, foi publicada no jornal "ECHO CUIABANO" no dia 11 de dezembro de 1850. O jornal "A IMPRENSA DE CUYABÁ" publicou no dia 19 de maio de 1865 um completo relato da chegada do segundo-tenente João de Oliveira Melo a esta capital, na manhã do dia 30 de abril de 1865, frente a um grupo de 230 praças, vários presos, diversos civis e grande quantidade de mulheres e crianças, que foram por ele salvos em fuga da invasão de Corumbá pelas tropas de Solano Lopez. Por sua vez, coube ao jornal "BOLETIM DE MATO GROSSO" divulgar a notícia e o mais remoto registro histórico sobre a retomada de Corumbá no dia 13 de junho de 1867.

As comemorações levadas a efeito em Cuiabá, quando da chegada da notícia sobre o término da Guerra do Paraguai, foram divulgadas pelo jornal "A SITUAÇÃO" no dia 27 de março de 1870, dando prosseguimento ao noticiário iniciado em fevereiro do mesmo ano, quando se soube na Capital mato-grossense que o ditador paraguaio havia se internado nas Cordilheiras dos Andes, possibilitando o fim do grande conflito armado. A instalação da primeira estação telegráfica de Mato Grosso, em Cuiabá, no dia 22 de setembro de 1889, foi notícia da pelo jornal "A PROVINCIA DE MATTO GROSSO". Os primeiros instantes da República em Cuiabá foram registrados pelo jornal "A GAZETA", que narrou desde a chegada da notícia da sua proclamação no Rio de Janeiro até à posse do general Antonio Maria Coelho como o primeiro governador do Estado. Na fase contemporânea, o jornal "O ESTADO DE MATO GROSSO" foi o órgão da imprensa cuiabana que mais divulgou a História de Mato Grosso, chegando a ter, por mais de quatro décadas, quase sem interrupção, uma farta e prestigiada página literária. Ultimamente, o jornal "DIÁRIO DE CUIABÁ" procurou fazer o mesmo, publicando diariamente a coluna "Cantinho Cuiabano", que despertou grande interesse junto aos seus leitores, mas que foi suspensa por falta de colaborações. O jornal não cuiabano que mais publicou

sobre a História de Mato Grosso foi o "JORNAL DO COMERCIO", do Rio de Janeiro, que por vários anos publicou artigos, ricos em pesquisa, do grande historiador mato-grossense Virgílio Corrêa Filho. Na imprensa cuiabana, o historiador que mais publicou foi Francisco Alexandre Ferreira Mendes, seguido por Lenine de Campos Póvoas, José de Mesquita e Rubens de Mendonça, todos eles intimamente ligados ao jornalismo da Capital mato-grossense.

Dos historiadores vivos atualmente, os maiores nomes são, indubitavelmente, Luís Philippe Pereira Leite e Lenine de Campos Póvoas, respectivamente presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras. Recentemente, a historiografia mato-grossense perdeu João Moreira de Barros, quatro anos após a morte de Rubens de Mendonça e Francisco Alexandre Ferreira Mendes.

Reunindo toda esta fabulosa bibliografia, é possível identificar quatro etapas no processo histórico de Mato Grosso. A primeira corresponde aos cronistas, quando se destacam nomes do quilate de Joseph Barboza de Sá, o primeiro cronista cuiabano, Joaquim da Costa Siqueira, Felipe José Nogueira Coelho, Luis d'Alincourt, Ricardo Franco de Almeida Serra e outros, que escreveram uma história oficial, mas relataram uma época em toda a sua plenitude.

Na segunda etapa surgem as expedições científicas, com destaque para a Expedição Langsdorff, onde se evidenciou a figura do desenhista e historiador Hercules Florence, enviado pelo governo russo, e a de Francis de la Porte Castelnau, pelo governo francês, seguidas de importância pelas do alemão Karl von Den Steinen e Bartolomé Bossi, entre outros. Na terceira, a etapa da produção regional, destacam os nomes de Barão de Melgaço, Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, José de Mesquita, Firmo Rodrigues, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, Philogonio de Paula Corrêa e outros. A etapa das pesquisas, a quarta e última, começou com o surgimento da Universidade Federal de Mato Grosso, que passou a ser uma nova e poderosa vertente de produção histórica, com o surgimento de nomes como os de Luiza Rios Ricci Volpato, Elizabeth Madureira Siqueira, Lúcia Helena Gaeta Aleixo, Carlos Rosa, Carlos Francisco

Moura, Therezinha de Jesus Arruda, Edvaldo de Assis, Marta Arruda, Ana Mesquita Martins de Paiva, Nylkiza Valadão Freitas Jeremias, João Antonio Neto, Alcir Lenharo, Valmir Batista Corrêa, João Mariano de Oliveira, Maria de Fátima Gomes Costa, Eliane Maria de Oliveira Morgado e outros. Ainda da etapa das pesquisas, mas com obras fora do âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, e que já se notabilizaram desde a etapa da produção regional, podem ser apontados os nomes de Luís Philippe Pereira Leite, Lenine de Campos Povoas, Lecio Gomes de Souza, Corsídio Monteiro da Silva, Antonio de Arruda e outros. Rubens de Mendonça e Dunga Rodrigues se destacaram tanto na etapa da produção regional como na das pesquisas, principalmente pela atuação de ambos no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, que se transformou em principal fonte de produção de material sobre Mato Grosso, tanto em texto, como em documentos e micro-filmes.

Esta etapa das pesquisas, que se encontra hoje em franca expansão, será enriquecida dentro em breve com os jovens historiadores formados pela Universidade Federal de Mato Grosso, que consolidarão, juntamente com os seus professores e os técnicos do NDIHR, uma quinta etapa, a da produção acadêmica. O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, está consciente do importante papel que hoje desempenha e se estrutura cada vez mais para capacitar o seu pessoal para as novas missões que lhe serão reservadas.

O primeiro livro que chegou a Mato Grosso foi a Bíblia, em 1721, nas mãos do frei Florencio dos Anjos, do padre Jeronimo Botelho, do frei Pacífico dos Anjos e do padre André dos Santos. Este catálogo bibliográfico, ainda em fase de organização e montagem, se destina a ajudar os pesquisadores da História de Mato Grosso, assim exaltado pelo grande historiador Virgílio Corrêa Filho: "Nesse tablado imenso e empolgante, o homem, que superou os obstáculos naturais, em luta porfiada, anseia por organizar a Terra da Promissão, para acolher amistosamente os que aspiram a prosperar, pelo trabalho, em ambiente de fartura e tranquilidade". Assim foi, é e sempre será.

O Apelo de Vila Bela ao Rei de Portugal

ANA MESQUITA MARTINS DE PAIVA

"Senr.

O Projeto Documentos Ibéricos é possuidor de um expressivo acervo em microfílm e microfichas relativos ao período colonial e oriundos dos diversos arquivos Ibéricos: Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca de Évora, Archivo General de Indices.

Para que a consulta a estes documentos se torne acessível ao pesquisador incumbino-nos da tarefa de prepararmos os instrumentos de pesquisas: Catálogos, Inventários, etc.

Estamos levando ao conhecimento dos leitores um documento deste imenso acervo, o qual retrata o momento histórico vivenciado pelos habitantes de Vila Bela da Santíssima Trindade, por ocasião das primeiras reivindicações da transferência dessa Capital para Cuiabá, ainda durante o governo do Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1803).

As autoridades locais procuram notificar e convencer Sua Majestade, Rei de Portugal, dos problemas que acarretaria a efetivação de transferência, procurando argumentar os prejuízos e danos que poderia sofrer.

PEQUENO HISTÓRICO DA QUESTÃO

A transferência da Capital de Mato Grosso, de Vila Bela para Cuiabá, somente ocorreu, definitivamente, após a proclamação da independência.

No entretanto, anteriormente a isso, ainda durante o período Colonial, pensou-se na possibilidade de se transferir a capital.

Vários motivos eram alegados pelos capitães-generais. Um deles, desde questões relativas à saúde (insalubridade da região guaporeana), até questões eminentemente político-econômicas.

O documento abaixo, data de 1803, portanto, 32 anos antes da transferência oficial e definitiva. Nele, os habitantes de Vila Bela através de seu órgão representante, o Senado da Câmara, expõe, de maneira contundente, através de uma série de argumentos, os motivos que inviabilizariam a efetivação da transferência.

A Capital de Mato Grosso terminou, em 1.835, sendo transferida oficialmente, para Cuiabá, apesar de toda a argumentação feita pelo Senado da Câmara de Vila Bela, em 1803.

NOTA: Na transcrição deste documento procuramos manter o respeito absoluto à ortografia do texto original, mantendo exatamente também, maiúsculas, minúsculas, pontuação original, colocando a palavra (sic) a seguir dos erros ou ilegibilidade do texto original.

A Augusta, e Respeitavel Prezença de Voss^a Alteza Real sobem o Juiz Presidente, Vereadores, o Procurador do Senado da Câmara da Capital de Villa Bella da Santissima Trindade; cheios de zelo, e Patriotismo, a representar, que vindo a noticia delles representantes, que V.A.R., por informações de quem muitas vezes só olha, para as suas commodidades, e não para as do seu Augusto Monarcha, se dignava Mandar mudar esta Capital, para a Villa do Cuiabá. Permitta-nos, Real Senhor, por na Prezença de V.A.R, os péssimos effeitos, que se seguem a estes Dominios, na referida mudança. Esta capital he Fronteira, a grande, e bem Povoada Provincia de Chiquitos não median-do entre ella, e esta capital, mais do que trinta e seis Legoas: huma Estrada franca, huma vasta Campanha, sem que haja embaraço de Rios, ou Serras, que impessão o seu transito. Pela parte do importante Forte do Principe da Beira, tem agrande, e bem Povoada Provincia de Moxos cercada de caudalosos e navegaveis Rios, Manoré Itunamas, Baure, Cautarios, São Simão, e Paraguai.

Desta Capital hé que vão os socorros necessários de Gente, e viveres. Desta villa, a do Cuiabá tem de Longe-tude cem legoas: o caminho em tempo de inverno hé intran-sitável, e mui difficil, e com horrorosas despezas as Ren-das de V.A.R. remetter se nesta socorros.

Daparte do Registro do Jaurú, distante desta trinta e seis Legoas, tem as duas grandes, e bem Povoadas Mis-são de S. João, e Santo Coração: a estrada franca, e sem obstaculo, que impessa o seu transito.

O Governo, Real Senhor, mudado para o Cuiabá, e esta villa entregue a hum Commandante, que nada resolve de parte (SIC), esperando as ordens daquella grande distan-cia dará motivos, a que havendo alguma evazão, tenha o inimigo entrada franca, e que della tome posse; e huma vez perdida será difficil a sua restauração: e perdidassão as mais importantes possicões de V.A.R como são: Forte do Principe, Casalvásco, Paraguay, e com bastante perigo, o mesmo Cuiabá.

Esta Capital está bastantemente populosa de edifi-cios e numerosas Escravaturas, que se occupão no exercí-cio de minerar. Nos seus principios foi bastantemente hy-pedemica: Hoje então sadia como outro qualquer Pais de Minas; e se ainda grassão algúas molestias de que privão seus habitantes, hé pela infelicidade de lhe faltarem os necessários socorros de Professores de Medicina, e Cyru-r-gia, e Medicamentos.

O Ilm^o e Ex^{mo} Conde de Azanbuja, que neste Lugar a fundou, hé porque os seus elluminados Talentos virão era útil aos Dominios de V.A.R.

A Capital, Real Senhor, mudada para o Cuiabá fica esta Villa deserta; porque nos officios da Casa da Fundação, se occupão muitos vassallos, que dos seus ordenados, alimentão suas famílias; alguns dos representantes não são estabelecidos com famílias nesta capital, mas sem vasallos que vivem de conduzir commercios de fazendas, e escravos do Povos de mar para esta, por onde se faça suspeita, a Conservação desta Capital nesta Villa; mas como fiéis vassallos o zello Patriótico, e o puro amor ao seu Amabilissimo Soberano, os prejuizos que se seguem aos Reaes Dominios de V.A.R nos seus fiéis vassallos, e ainda mesmo as rendas da Real Fazenda. A vida de hum General, e de hum Ministro não hé mais preciosa, que a de tantos mil vasallos que tem V.A.R nesta Capital que pagão avultados quintos direitos, que fazem aumentar as rendas de V.A. para a conservação da Tropa Paga, e do Governo Publico, e Civil.

Que intereces moverão a estes Fiéis vassallos a conduzirem commercio a esta remota Capitania com a Capital mudada para Cuiabá? Sim, Real Senhor, por q' nesta já não girão os soldos do General, Ministros, officiais da Fazenda, e maior parte da Tropa Paga, que fazem a subsistencia na maior parte desta Capital?

Que commerciante haverá, Real Senhor, que della traga o tão necessario, e útil numero de Escravos, para se extrahir o ouro das entranhas da terra? Ficarã, Real Senhor extimulo (sic) o commercio, e estes fiéis vassallos, que ainda na guerra passada com o vizinho Espanhol largarão as suas fabricas, negocio, cazas, assistirão com as suas fazendas, e Escravos gratuitamente, e marcharão para a Companhia por largos mezes, cheios de amor, a deffender os Dominios de seu Amabilissimo Soberano.

Ficarã, sen, Real Senhor, por huma vez extinta a tão necessaria, util, e interessante ás Rendas de V.A.R. o commercio do Gran Pará: e virão estes Povos, a comprarem o pezo de ouro, a generos da maior necessidade como são: sal, ferro, aço, e outros, e não passarão muitos annos e os que estes fiéis vassallos commovidos do amor da Patria não digão huns para os outros, e estes, pois são os vestigios da quella importante Villa Bella da Santíssima Trindade, a capital de Matto Grosso, ficarã reduzida ao antigo sertão, que era antes da sua fundação; huma capital que tem custado ás Rendas de Vossa Alteza Real aviladissimas somas de ouro, e o seu Bom Criador, o Ex.^{mo} Conde da Azambuja, o mairo disvello: e vendo o vizinho Espanhol, a grande distância da residencia do General, entrará sem reбуço a tomar posse de todas as possessões, pertencentes a V.A.R. Aqui finalmente, Real Senhor, serão mui difficeis em occasião de Guerra metter os necessarios soccorros, para huma Campanha com a Capital mudada. Contando-lhe desde já a decadencia do commercio que em todas as Nasções do Mundo hé a baze fundamental da Mora-

nhia (sic), e será infálivel, a falta de agricultura pela diminuição dos Povos sendo estes, os que pegão em armas para a deffeza como o tem feito em todas as occasiões, por estarem acostumados ao clima: sendo muito difficil a deffesa desta Capital logo q' as suas forças e o seu General estejão mettidos sem necessidade no centro da Capitania tendo-nos a experiência bem mostrado, que os soccorros do Cuiabá, alem de muito tardonhos, tem aqueles habitantes tal temor a este clima que só a força de violencia se conduzem ao Real Serviço. O General, Real Senhor, ainda na mais segura paz se não deve affastar deste lugar só sim, para visitar a Fronteira da Capitania, com demoras nas terras centrais como o Cuiabá, o que de nada serve a sua prezença nellas, e na Fronteira anima aos vassallos sendo disto exemplares, o IL.^{mo} Conde da Azambuja e João Pedro da Câmara nos dois ataques que tiverão no Forte da Conceição, quando governarão esta Capitania que desprezando a molle ociosidade forão os primeiros q' se expunhão aos perigos, e não dispavão clima que habitavão. De onde virão Real Senhor, com a capital mudada, forças que hajão de impedir a deserção (sic) a mais de sinco mil escravos, que possuem estes habitantes porg. se com o General na Fronteira q' dá promptas e necessarias providencias, quazi mensalmente estão desertando, que fara com elles mettido no Centro da Capitania? Enfim, Real Senhor, esta Camara e todo estes fiéis e humildes vassallos pedem a Vossa A. com a maior efficacia a conservação da Capital em o mesmo lugar; e que o General se disvelle em fazer a felicidade dos Povos, já em lhes facilitar e ajudar a tão necessaria carreira do commercio do Gran Pará e dar promptas providencias a novos descobertos de ouro, e em proteger o abatido, e aniquilado commercio desta Capital.

A Muito Alta, e Poderosa Pessoa de V.A. Real Guarde Deus muitos annos, para amparo de seus fiéis vassallos. Villa Bella da Santíssima Trindade em Camara de 16 de novembro de 1803.

O Juiz Presidente	João Francisco de Guimaraes
O Vereador mais velho	João da Costa Lima
O Vereador mais novo	Bernardo V. Cunha
O Vereador mais novo	João Manuel de Araujo
O Procurador	Ignacio de Bastos Ferreira"

FONTE: Arquivo Histórico Ultramarino. Microficha 537
Responsáveis pelo Projeto Documentos Ibéricos: Ana Mesquita Martins de Paiva e Margarida Maria Nogueira de Andrade.

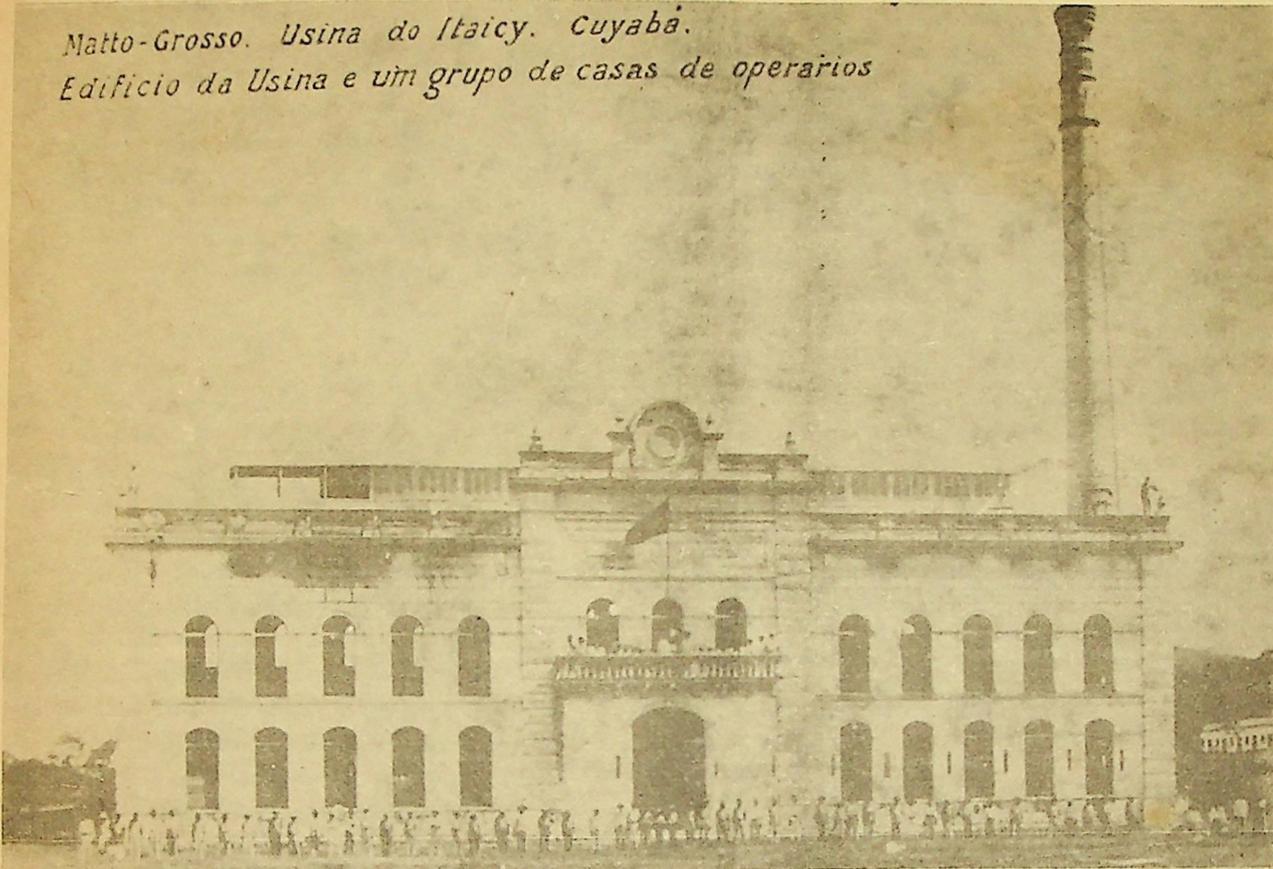
A Produção Açucareira em Mato Grosso

Elizabeth Madureira Siqueira

- Supervisora do NDIHR

- Profa Adj: Depart. História/UFMT

*Matto-Grosso. Usina do Itaicy. Cuyabá.
Edifício da Usina e um grupo de casas de operários*



A usina do Itaicy é um importante marco na História Econômica de Mato Grosso.
(Foto do Arquivo do NDIHR).

A História de Mato Grosso possui dois marcos importantes na trajetória referente à produção açucareira: o dos engenhos e o das usinas.

O MOMENTO DOS ENGENHOS (séc XVIII e meados do XIX)

Com a descoberta e exploração das minas do Coxipó e do Cuiabá (séc. XVIII), o contingente populacional que afluiu para essas regiões foi bastante significativo. Nem só de ouro vivia a população. Necessitava de alimentos produzidos, com dificuldade, nas roças. A cana-de-açúcar, primeiro produto sistematicamente plantado no Brasil colonial, sob os auspícios da Coroa portuguesa, era de pleno conhecimento da grande maioria dos colonos e foi através dos habitantes da Capitania de São Paulo, da qual Mato Grosso fazia parte, que a cana-de-açúcar chegou até nossa região.

Ao lado das atividades mineradoras, ergueram-se as primeiras engenhocas, responsáveis pela produção, não só do açúcar mas também da fabricação da aguardente. Revelam-nos os cronistas, que viveram naquele período, que o açúcar e a aguardente serviam de remédio para os males dos mineiros que, pela dificuldade de importarem alimentos de outras regiões e ocupados em minerar, tinham nesses dois derivados da cana-de-açúcar, alimento feito em glicose e sacarose.

A Metrópole, através do capitão-general da Capitania de São Paulo, não via com bons olhos essa produção, especialmente da aguardente. Segundo ela, produzia a mesma efeitos perniciosos aos escravos, os quais ao invés de minerar, só se ocupavam da fabricação dela. Realmente, para a Coroa portuguesa, os escravos deveriam trabalhar em atividades que pudessem dar lucros à Coroa: catar ouro. Dessa forma, em 1735 o conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, expediu um Bando, ordenando que fossem destruídos todos os engenhos de cana-de-açúcar existentes em Cuiabá. Naturalmente, seria impossível acatar semelhante ordem, uma vez que os mineiros consideravam os sub-produtos da cana fundamentais na alimentação e nutrição da população da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e circunvizinhanças.

Os engenhos não só foram conservados, mas proliferaram pelas margens do rio Cuiabá, pela Chapada dos Guimarães, por Poconé, Livramento, chegando até Cáceres, no rio Paraquai. Foi, porém, nas margens do rio Cuiabá que eles mais proliferaram, uma vez que o solo sofria um adubamento natural, fruto dos períodos de enchentes, as matas eram abundantes e o transporte facilitado, graças à via fluvial. Nesse período, os engenhos eram construídos de madeira e sua força motriz era

hidráulica ou à tração animal. Assim, a aguardente e o açúcar tornaram-se produtos de consumo apenas local, pois não se produzia excedente exportável. O açúcar produzido era o "POTÓ", escuro, ou mascavo. A aguardente era de excelente qualidade. Vários tipos de cana eram usualmente plantadas: a caiana, a salangor, a rosa, a cristalina e até a rixa, originária da Bolívia.

O processo produtivo se encontrava, basicamente, em mãos de escravos, os quais, tal como no restante da Colônia, eram tratados com violência e desrespeito.

O MOMENTO DAS USINAS

A segunda metade do século XIX é marcada pelo capitalismo, em sua fase industrial. Não bastava apenas produzir para o consumo. Necessário se fazia produzir, em larga escala, visando atender à crescente população de Mato Grosso e ao comércio internacional. Assim, nosso Estado, então Província de Mato Grosso, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai (1856) entrou no circuito nacional e internacional do capital. Mercadorias industrializadas eram trazidas de toda Europa para a América, inclusive para Mato Grosso, entrando elas via estuário do rio da Prata/rio Paraguai e rio Cuiabá. Dentre esses produtos industrializados estavam as maquinarias modernas, responsáveis pela produção e refinamento do açúcar, assim como a aparelhagem responsável pela destilação da aguardente e do álcool.

Muitos dos antigos proprietários de engenhos adquiriram estes equipamentos industrializados e montaram usinas. Apesar de o açúcar e a aguardente passarem a ser produzidos em grande escala, pouco se exportava, sendo toda produção consumida pela população local.

O TRABALHO NAS USINAS

Apesar da modernização ocorrida a nível das maquinarias, as relações de trabalho mantiveram-se arcaicas. Mesmo após a abolição da escravatura (1888), os trabalhadores das usinas de Mato Grosso, em sua grande maioria, continuaram a receber um tratamento escravista. O proprietário da usina fazia as vezes de "coronel" ou seja, aquele que determinava e fazia cumprir, sob violência, as leis e o regime jurídico que ele próprio estipulava. Assim, os trabalhadores, agora chamados de "camaradas", apesar de assalariados, deixavam quase tudo que recebiam, na própria usina, pois eram obrigados a fazer compras nos armazéns que ali existiam. Nesses, eram comercializados roupas, calçados, tecidos, fumo, fósforo e utensílio de uso pessoal.

Os trabalhadores, despossuídos de numerário, utilizavam da caderneta, onde eram assentadas todas as suas despesas com as compras, que eram deduzidas

do ordenado do trabalhador, no dia do pagamento. Como os salários eram baixos, os "camaradas" estavam, sempre, devendo para o usineiro. Presos economicamente, estavam também seus corpos à usina. Mesmo que desejassem abandonar o emprego, não poderiam fazê-lo livremente, uma vez que estavam em débito. Assim, as fugas foram constantes. Frente a isso, o proprietário colocava dois ou mais camaradas no encalço do fujão e, a cada dia de perseguição, correspondia um determinado desconto na folha de pagamento do fugitivo. Quando capturado, era o trabalhador conduzido de volta à usina. Além de ter sofrido perdas salariais, era o mesmo exposto a castigos que, tal como no período em que vigorava oficialmente a escravidão, tinha como instrumentos de suplício o tronco. Nele eram presos os braços, pernas e pescoço do trabalhador, o qual ficava exposto ao relento, após ter sido surrado.

Além dos "camaradas", existiam também os trabalhadores especializados, cujo trabalho e tratamento diferenciavam, em muito, ao dispensado aos primeiros. Seus cargos eram os seguintes:

ENCARREGADO GERAL - espécie de gerente da usina;

CHEFE DA FÁBRICA - responsável pela direção da Casa das Máquinas;

CONTADOR E GUARDA-LIVROS - responsável pela escrituração geral da usina;

ENCARREGADO DO DEPÓSITO - responsável pelo armazenamento da produção;

ENCARREGADO DO ARMAZÉM - responsável pelo setor comercial e

ENCARREGADO DA FAZENDA - responsável pelo gado e sub-produtos.

Esse tipo de organização social vigorou até 1930, ocasião em que, com o advento da era getulista (1930/45), novos rumos foram traçados para a nação brasileira. Para os Estados enviaram-se interventores que possuíam, dentre suas tarefas, a de diminuir o poder oligárquica existente e implantar a obediência civil ao governo central.

Em Mato Grosso, o Interventor Antonino Medina Gonçalves tentou extirpar o poder dos "coronéis", atacando o regime de escravidão existente nas usinas. Para tanto, perseguiu e até mandou deter os usineiros, impondo-lhes a obrigatoriedade da adoção do salário mínimo, do registro do empregado junto ao Ministério do Trabalho e adotou a justiça do trabalho, como o foro responsável pela decisão e julgamento dos dissídios. Estes mecanismos visavam retirar das mãos dos "coronéis" todo poder que, historicamente, fora exercido por eles. Este movimento vai criar um impasse momentâneo na organização social do trabalho em Mato Grosso. O poder secular dos grandes proprietários não poderia ser abalado por leis superiores ou decretos; o poder dos "coronéis" só irá demonstrar sinais de enfraquecimento no momento em que outros poderes irão se impor aos deles e a organização de classe se tornará forte.

Em Mato Grosso o poder dos "coronéis" vai se estender ainda por muitos anos e somente irá demonstrar sinais de decadência no momento em que os segmentos sociais conseguiram se organizar em sindicatos, associações, federações, locais onde irão lutar pelos seus interesses de classe, libertando, portando, da "proteção" dos "coronéis". (Decreto-Lei nº 3.855, datado de 21/11/1941, o qual criou o Estatuto da Lavoura Canavieira).

Em 1933, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foram estabelecidas quotas de produção por região. Somente as usinas que produzissem acima de 100.000 sacas anuais gozariam dos benefícios do Instituto. Dessa forma, Mato Grosso ficou, praticamente, excluído desses benefícios, uma vez que, com sua reduzida produção, não conseguiria suportar a concorrência com outras regiões do país.

O RELÓGIO DO TEMPO NAS USINAS

Os trabalhadores das usinas, chamados de "camaradas" seguiam, diariamente, o seguinte ritmo:

- 4:00hs - Badalavam os sinos: despertar
- Quebra torto (café da manhã) feito individualmente, em casa do trabalhador;
- 5:00hs - Início dos trabalhos;
- 9:00hs - Café com pão - servido a todos os trabalhadores, no local do trabalho;
- 11:00hs - Almoço - refeição feita em casa dos trabalhadores;
- 13:00hs - Reinício dos trabalhos;
- 19:00hs - término dos trabalhos - nos períodos de plantio e entre-safras;
- 22:00hs - término dos trabalhos por ocasião das safras.

AS DEMAIS INSTALAÇÕES DA USINA

A arquitetura de maior porte, dentro da usina, era a Casa das Máquinas, denominação dada ao local onde era desenvolvida a maior parte do sistema produtivo. Ali existiam moendas, decantadoras, caldeiras, etc

Além dessa fábrica, existia uma "Casa Grande", geralmente assobradada e também conhecida como "Casa de Vivenda". Ali residia o proprietário da usina com sua família. Aos "camaradas" eram reservadas pequenas casas, geralmente geminadas. Além das construções de residência, existiam ainda, dentro das usinas de maior porte, escolas, armazéns, depósitos (com tonéis contendo caldo de cana, melado, aguardente e alcool), serrarias, moinhos (destinados à fabricação de farinhas) e máquinas de beneficiar arroz. Na usina do ITAICI, situada às margens do rio Cuiabá, foi estabelecida uma

moeda de cobre, cunhada na própria usina e de valor e uso internos, que era chamada TAREFA. Cunhava-se ali três tipos de Tarefa: a de "meia", a de "uma" e a de "duas" tarefas. As inscrições dessa moeda eram as seguintes: em uma das faces estava gravado "USINA DO ITAICI" e de outro "O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM"

Além dessas edificações, contava ainda a usina com extensa quantidade de terras onde parte delas era dedicada ao plantio de cana-de-açúcar; outra era ocupada com roças, onde se plantava arroz, feijão, milho, mandioca, árvores frutíferas, etc. Finalmente, geralmente as grandes propriedades possuíam criação de animais, especialmente do gado de leite e de corte.

Apesar de toda essa área ocupada, as usinas, por se constituírem em verdadeiros latifúndios, deixavam improdutivas grandes extensões de terra. Os canaviais se alinhavam ao longo dos rios que, uma vez cheios, na vazante deixavam adubada a terra, não necessitando de fertilizantes artificiais. Essa disposição dos canaviais fazia com que os mesmos se distanciassem, cada vez mais, da Casa das Máquinas. O transporte das "partidas" de cana era feito inicialmente em lombo de animais e, posteriormente, (séc.XX) por locomotivas que, sobre trilhos e puxadas a animais, conduziam a cana até a Casa das Máquinas. Na medida em que as canas iam sendo plantadas ao longo dos rios e se distanciavam, cada vez mais do local de moagem, seu transporte passou a ser feito por barcos e lanchas, o que vinha a encarecer, sobremaneira, o produto final. Este distanciamento fazia com que as canas fossem colhidas e, somente muitas horas depois, chegassem à moenda. Esse intervalo entre colheita e moagem, fazia muitas vezes, com que as canas azedassem, diminuindo seu teor de sacarose, comprometendo a qualidade do açúcar.

As usinas de açúcar, hoje, ou se transformaram em usinas de alcool ou estão se prestando a outros tipos de atividades, especialmente a criação de gado. Os edifícios das usinas antigas, assim como sua maquinaria, hoje ultrapassada, se encontram, muitas vezes, sob o mato cerrados. Porém, mereciam estar tombadas pelo patrimônio histórico e artístico regional, uma vez que representaram um momento importante na histórica social e econômica de nosso Estado.

Memorial dos Titulares do Governo de Mato Grosso

ELIANE MARIA DE OLIVEIRA MORGADO

do momento histórico em que foi produzido. Presta-se ainda, este material, de fonte primeira para os estudos linguísticos, de teoria do discurso, trabalho ainda por ser realizado.

Apresentados, anualmente, à Assembléia Legislativa, constitui esse material riquíssimo, em ponto de partida para o estudo de Mato Grosso e se encontra, à disposição dos pesquisadores, na UFMT, à sala NDIHR/CCBS III (2º piso), das 7:30 às 11:30 e das 14:00 às 17:30 hs, ramal - 215. Para consulta e leitura dos microfimes, aconselhamos um contato inicial para acertos de horários vagos e existentes, pois, infelizmente, contamos com apenas uma leitora de microfilme, à disposição dos pesquisadores.

Neste número do Suplemento Mensal estaremos fornecendo uma relação do acervo dos Relatórios e Mensagens dos presidentes de Província e governadores de Mato Grosso já microfilmados:

NOME DO PRESIDENTE	TIPO DE DOCUMENTO	ANO
Antonio Pedro D'Alencastro	Discurso	1835
José da Silva Guimarães	Fala	1835
Antonio José da Silva	Discurso	1836
José A. Pimenta Bueno	Discurso	1836
José A. Pimenta Bueno	Discurso	1837
José A. Pimenta Bueno	Discurso	1838
Estevão Ribeiro de Rezende	Discurso	1839
Estevão Ribeiro de Rezende	Discurso	1840
Estevão Ribeiro de Rezende	Discurso	1840
Zeferino P. Moreira Freire	Fala	1844
Ricardo J. Gomes Jardim	Discurso	1845
Ricardo J. Gomes Jardim	Discurso	1846
João Crispiano Soares	Fala	1847
Mancel Alves Ribeiro	Discurso	1848
Antonio Nunes da Cunha	Relatório	1848
Joaquim José de Oliveira	Relatório	1849
Joaquim José de Oliveira	Relatório	1849
João José da Costa Pimentel	Fala	1850
Augusto Leverger	Relatório	1851
Augusto Leverger	Relatório	1852
Augusto Leverger	Relatório	1853
Augusto Leverger	Relatório	1854
Augusto Leverger	Relatório	1856
Augusto Leverger	Relatório	1857
Albano de Souza Osório	Relatório	1857
Albano de Souza Osório	Relatório	1858
Joaquim Raimundo de Lamare	Relatório	1858
Joaquim Raimundo de Lamare	Relatório	1859
Antônio Pedro de Alencastro	Relatório	1860
Antônio Pedro de Alencastro	Relatório	1861
Herculano de Souza F. Pena	Relatório	1862
Herculano de Souza F. Pena	Relatório	1863
Herculano de Souza F. Pena	Relatório	1863
Augusto Leverger	Relatório	1863
Alexandre M.A. de Carvalho	Relatório	1864
Alexandre M.A. de Carvalho	Relatório	1865
Augusto Leverger	Relatório	1865
Augusto Leverger	Relatório	1866
Albano de Souza Osório	Relatório	1866
Barão de Aquapehy	Relatório	1868
Barão de Aquapehy	Relatório	1868
Augusto Leverger	Relatório	1869
Francisco José Cardoso	Relatório	1871
Francisco J. Cardoso Junior	Relatório	1872

MENSAGENS

DO

PRESIDENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Coronel Antonio Paes de Barros

A

Assembléia Legislativa

Na 3.ª sessão ordinária de sua 6.ª legislatura, installada
aos 4 de Março de 1905



CUYABA

Typographia Official

1905

As mensagens governamentais sempre foram valiosas fontes para os pesquisadores da História de Mato Grosso. (Foto do Arquivo do NDIHR).

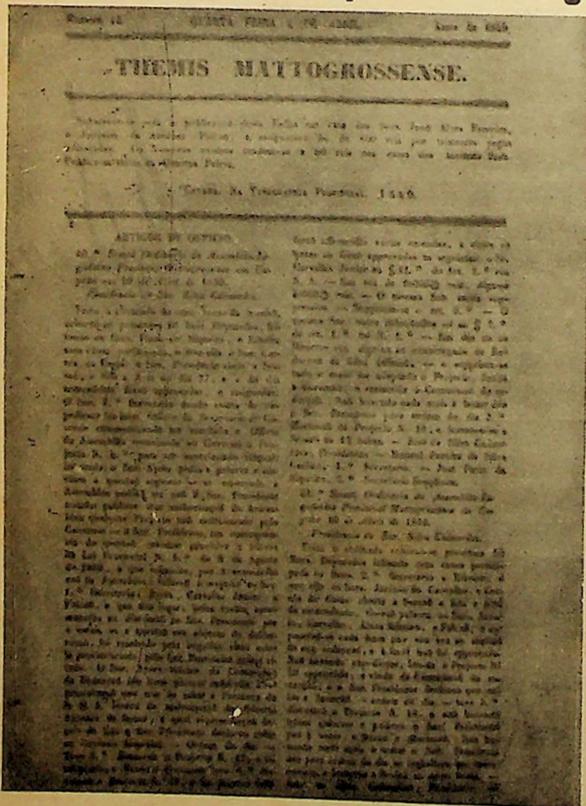
Dentre as diversas fontes de pesquisa existentes no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, destaca-se o Projeto que recupera os relatórios e mensagens dos Presidentes da Província e Governadores de Mato Grosso: "Memorial dos Titulares do Governo de Mato Grosso".

Recuperar os registros documentais contidos nos relatórios e mensagens é assegurar a sobrevivência de uma das mais importantes fontes históricas para o estudo das concepções políticas, econômicas e sociais.

Nos Relatórios encontramos dados relativos ao período governamental de um determinado Presidente de Província ou Governador de Estado. Deixam os mesmos transparecer, com detalhes, os trabalhos das diversas Secretarias de Governo. Assim, constituem-se em fontes primárias, de imprescindível consulta a todos aqueles que se propõem a recuperar a memória histórica regional. Não só os dados quantitativos merecem destaque, porém, em consulta podemos vislumbrar um discurso político, representativo

NOME DO PRESIDENTE	TIPO DE DOCUMENTO	ANO			
Antônio Pedro Alves de Barros			Antônio Pedro Alves de Barros	Mensagem	1901
José de Miranda da Silva Reis	Relatório	1873	Antônio Pedro Alves de Barros	Mensagem	1901
José de Miranda da Silva Reis	Relatório	1874	Antônio Pedro Alves de Barros	Mensagem	1902
Barão de Diamantino	Relatório	1875	Antônio Pedro Alves de Barros	Mensagem	1903
Barão de Diamantino	Relatório	1875	Antônio Paes de Barros	Mensagem	1904
Hermes Ernesto da Fonseca	Fala	1876	Antônio Paes de Barros	Mensagem	1905
Hermes Ernesto da Fonseca	Fala	1877	Pedro Leite Osório	Mensagem	1906
João José Pedrosa	Relatório	1878	Pedro Leite Osório	Mensagem	1907
João José Pedrosa	Relatório	1879	Generoso Paes L. de Souza Ponce	Mensagem	1908
João José Pedrosa	Relatório	1879	Pedro Celestino Corrêa da Costa	Mensagem	1909
Rufino Êneas Gustavo Galvão	Relatório	1880	Pedro Celestino Corrêa da Costa	Mensagem	1910
Rufino Êneas Gustavo Galvão	Exposição	1881	Pedro Celestino Corrêa da Costa	Mensagem	1911
José Leite Galvão	Fala	1881	Joaquim Augusto da Costa Marques	Mensagem	1912
Rufino Êneas Gustavo Galvão	Relatório	1881	Joaquim Augusto da Costa Marques	Mensagem	1913
José Maria de Alencastro	Relatório	1881	Joaquim Augusto da Costa Marques	Mensagem	1914
José Maria de Alencastro	Relatório	1882	Joaquim Augusto da Costa Marques	Mensagem	1915
José Leite Galvão	Relatório	1883	Caetano Manoel F. e Albuquerque	Mensagem	1916
José Leite Galvão	Fala	1883	Camilo Soares de Moura	Mensagem	1918
Barão de Batovy	Relatório	1884	Camilo Soares de Moura	Mensagem	1918
Joaquim Galdino Pimentel	Relatório	1886	Francisco de Aquino Corrêa	Mensagem	1918
Joaquim Galdino Pimentel	Exposição	1889	Camilo Soares de Moura	Exposição	1918
Antonio Augusto R. de Carvalho	Exposição	1886	Francisco de Aquino Corrêa	Mensagem	1919
José Joaquim Ramos Ferreira	Relatório	1887	Francisco de Aquino Corrêa	Mensagem	1920
Francisco Raphael de Mello Rego	Exposição	1888	Francisco de Aquino Corrêa	Mensagem	1921
Francisco Raphael de Mello Rego	Relatório	1888	Pedro Celestino Corrêa da Costa	Mensagem	1922
Generoso Paes L. de Souza Ponce	Mensagem	1892	Pedro Celestino Corrêa da Costa	Mensagem	1923
Manoel José Murinho	Mensagem	1893	Pedro Celestino Corrêa da Costa	Mensagem	1924
Manoel José Murinho	Mensagem	1894	Estevão Alves Corrêa	Mensagem	1925
Manoel José Murinho	Mensagem	1895	Mário Corrêa da Costa	Mensagem	1926
Antônio Corrêa da Costa	Mensagem	1896	Mário Corrêa da Costa	Mensagem	1927
Antônio Corrêa da Costa	Mensagem	1897	Mário Corrêa da Costa	Mensagem	1928
Antônio Cesário de Figueiredo	Mensagem	1899	Mário Corrêa da Costa	Mensagem	1929
Antônio Pedro Alves de Barros	Mensagem	1900	Anibal Toledo	Mensagem	1930

Século e Meio de Imprensa Matogrossense é Preservado em Microfilmes



Em 1839 surgiu o "THEMIS MATTO-GROSSENSE". Poucos anos depois, "A IMPRENSA DE CUYABÁ" se destacou pelo seu conteúdo político. (Fotos do Arquivo do NDIHR).

Nasceu em Cuiabá, no dia 14 de agosto de 1839, a primeira Imprensa Oficial do Centro-Oeste brasileiro. A atirográfica e o periodismo matogrossense começaram com a circulação do Jornal "Thenis Mattogrossense", folha oficial destinada à publicação de atos oficiais de Governo Provincial, leis e atos do poder imperial, relativos à Província de Mato Grosso. Anteriormente ao surgimento deste periódico os atos oficiais de Mato Grosso eram editados no Jornal "A Matutina Meyapontense" em Meya Ponte, Província de Goiás, e que circulou ele de 1830 a 1834.

A história da imprensa oficial matogrossense pode ser dividida em três períodos históricos: O primeiro, que vai, da importação da tipografia provincial, em 1839, até 1848, momento em que ela foi vendida em hasta pública; o segundo, de 1848 a 1890, com o surgimento dos jornais particulares, responsáveis pela edição dos atos oficiais do governo; o terceiro, que se iniciou em 1890, com a reimplantação da Tipografia Oficial do Estado de Mato Grosso.

O período mais pródigo da imprensa de Mato Grosso é o Pré-Republicano, fase em que a imprensa estava aliada à estrutura de poder; mas isso, todavia, não impediu o aparecimento de jornais que fizesse resistência ao poder constituído, como o Jornal "A Imprensa de Cuyabá", primeiro periódico de oposição ao governo. Inaugurou ele uma verdadeira revolução na história do jornalismo matogrossense, ao desencadear uma forte campanha contra o Poder Provincial.

Nasceu, a partir deste periódico, uma nova época na história hemerográfica com jornais não aliados ao poder.

Outros jornais de resistência vão surgindo, com "A Reação", que chegou a ser publicado no Paraguai; "Por falta de garantia no Estado", em fins do século XIX".

Foi na primeira República que apareceu a Imprensa Operária, representada pelo Jornal "A Luz", que sob a responsabilidade do Dr. Agrícola Paes de Barros e de João Bento R. P. de Lima e fundada em 5 de dezembro de 1924, defendia a classe explorada e tentava conscientizá-la de sua força. Na edição do dia 23, em primeira página, trazia a seguinte manchete: "Discurso que devia fazer na Praça da República o Dr. Agrícola Paes de Barros, contra a carestia". Deixou ele de fazê-lo por ter sido detido no Batalhão Policial, tendo sido a edição considerada censurada.

Em 26 de dezembro, do mesmo ano, foi fundado o jornal "O Fifó", em substituição ao Jornal "A Luz", que havia sido impedido, pela censura, de circular. Tinha ele a mesma direção de "A Luz" e criticava a falta de liberdade de imprensa e dizendo-se porta-voz dos "Dinutos", lutando

do pela valorização da classe operária. Em 1927, foi publicado a "Plebe", jornal também dirigido pelo médico Dr. Agrícola Paes de Barros. Esses jornais se colocavam como defensor da classe oprimida. Também moviam intensa campanha contra os coronéis usineiros, denunciando a escravidão nas usinas, num momento histórico, onde estas relações de trabalho eram incompatíveis com o sistema capitalista: trabalho assalariado.

Este universo jornalístico se encontra hoje ao alcance de todos os pesquisadores e estudiosos da história matogrossense, graças aos trabalhos desenvolvidos pelo NDIHR, ao resgatar século e meio de história e vida social através da microfilmagem dos jornais e revistas editados na Província e no Estado de Mato Grosso.

O periódico é considerado documento e fonte, por se tratar de um instrumento registrador da ideologia dos poderes constituídos e sua oposição.

As informações preservadas nas páginas dos jornais e revistas constituem-se numa fonte alternativa para a reconstituição da realidade histórica regional.

O Projeto "Memória da Imprensa Matogrossense" recuperou, até o momento, parte da produção hemerográfica de Mato Grosso. Além do trabalho de microfilmagem, informações sobre técnicas e processo de produção gráficos serão possíveis de uma preservação através dos depoimentos a serem dados por aqueles que se envolveram direta ou indiretamente na produção: Tipógrafos, Linotipistas, Redatores, Diretores e Proprietários de jornais e revistas. Tais informações tornam-se também importantes como fonte para os que se propõem ao estudo da produção gráfica em si e até do contexto em que ela se deu.

A tarefa a que nos propuzemos é ardua mas compensadora quando podemos ver concretizada a missão que temos a cumprir, qual seja a de salvar o patrimônio hemerográfico e a memória histórica do povo matogrossense.

Dos 339 títulos de periódicos identificados como produzidos em Mato Grosso, 169 encontram-se microfilmados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e estão indicados no catálogo de periódicos matogrossenses em microfilme, Vol. I e Vol. II ainda por ser publicado.

É importante ressaltar o apoio dado pelo Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, Hemeroteca Júlio de Mesquita, Fundação Casa de Ruy Barbosa e pelos órgãos Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Academia Matogrossense de Letras, Arquivo Público de

Mato Grosso, Cúria Metropolitana e os detenedores de acervos particulares, envolvidos no empréstimo das coleções ou parte delas.

A partir deste número, será publicado a cada mês uma relação, sequencialmente, dos periódicos já microfilmados, de acordo com as localidades.

Aproveitamos a oportunidade para estreitarmos ainda mais as relações da Universidade com a comunidade. Assim, solicitamos àqueles que possuem exemplares avulsos ou coleções completas de jornais e revistas matogrossenses que entrem em contato com Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - UFMT - Ramal 170, colaborando, assim com a preservação da memória histórica regional.

Estamos divulgando nesta edição a relação dos jornais e revistas que se encontram à disposição para consulta neste NDIHR.

Os títulos que estão destacados com asteriscos são referentes a jornais que se encontram em fase de preparo e microfilmagem, e podem ser consultados em futuro breve:

AQUIDAUANA

Jornal do Povo*
Jornal do Sul*
Tribuna do Povo*
Gazeta do Sul

CAMPO GRANDE

A Campanha
Civilização (revista)
Correio do Sul
Correio do Sul
Diário do Sul*
Ecos Juvenis (revista)
Folha da Serra (revista)
Jornal do Comércio*
A Nota (revista)
Tribuna do Povo*
Vida Escolar (revista)
A República*
O Imperial*
O Estado*
O Debate*
O Campo Grande*
Jornal do Sul*
O Progressista*
Tribuna do Povo*
O Matogrossense*
Correio do Estado*

CORUMBÁ

Autonomista
O Brasil
A Cidade
Correio do Estado
O Corumbaense
Diário de Corumbá
Echo do Povo
A Federação
O Iniciador
O Município
O Município de Corumbá
Oasis
A Opinião
Opinião Pública
A Pátria
O Sertanejo
A Tesoura
Tribuna
Diário da Manhã*
O Momento*

CUIABÁ

O Abecê (revista)
O Argos
O Athleta
Boletim da Associação da Imprensa de Mato Grosso
A Capital
A Chrysallida*
O Clarim
Club Litterário
O Colibri
A Colligação*
O Comércio
Correio do Estado
A Cruz
O Cruzeiro
Cuiabá - Jornal
O Debate
O Democrata
Diário da Tarde*
O Echo*
Echo Cuiabano
Echo de Cuyabá
O Echo do Povo*
Escola
O Estado*
O Expectador
O Ferrão
O Fifó
O Filhote
Folha literária
O Garganta
A Gazeta
A Gazeta Cuyabana
Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso
O Gladiador*

O Imperial*
 A Imprensa
 A Imprensa de Cuyabá
 O Industrial (revista)
 O Jornal
 O Jornal
 A Juventude*
 A Letra (revista)
 O Liberal
 O Liceu (revista)
 A Liça
 A Loconotiva
 A Luz
 O Martello
 O Mato Grosso (revista)
 O Mato Grosso
 O Motorista
 O Neophito
 A Notícia
 Noticiador Cuiabana
 A Opinião*
 A Penna Evangelica*
 O Pequeno Mensageiro (revista)
 O Pharol
 A Plebe
 O Popular
 O Porvir
 O Povo
 Pró-Família
 A Província de Matto-Grosso
 Pylilampo
 O Rabula
 A Reacção (revista)
 A Reacção
 A Reacção
 O Republicano
 O Republicano
 O Revérbero*
 Revista Anual do Gremio Literário "D. Aquino Correa" (re-
 vista)
 Revista da Sociedade Literária "Rui Barbosa (revista)
 Revista do Gremio Literário "Alvares de Azevedo" (revis-
 ta)
 A Semana
 A Situação
 A Tribuna
 Tribuna Liberal
 A Verdade
 A Violeta (revista)
 O Délio*
 O Momento*
 Gazeta Eleitoral*
 Constitucional*
 Folha do Norte*
 O Semeador*

Carapuça*
 O Estudante*
 O Evolucionista*
 O Diplomata
 Alliancista*
 Folha Juvenil*
 A União*
 A Voz do Norte*
 A Batalha*
 O Operario*
 O Social Democrata*
 O Combate*
 Folha do Povo*
 Ganga*
 Folha Matogrossense*

DOURADOS

O Progresso

LAGEADO

O Garimperio*

O Araguaia*

PONTA PORA

Fronteira

O Progresso

O Argos

O Atalaia

A Razão

Correio do Povo*

O Sul*

A Folha do Povo*

O Independente*

POCONÉ

Jornal de Poconé

SANT'ANA DO PARAIBA

A Ordem*

TRÊS LAGOAS

A Notícia

O Liberal*

O Três Lagoas*

O Democrata*

SANTA RITA DO ARAGUAIA

O Araguaia

SÃO PAULO

Brasil-Oeste

FONTES CONSULTADAS: "A História do Jornalismo em Mato Grosso", de Rubens de Mendonça; "Breve Memória sobre a Imprensa de Mato Grosso", de Estevão de Mendonça; e "A Imprensa Oficial em Mato Grosso", de Pedro Rocha Jucá.

A República em Cuiabá, no Século XVIII

Carlos Francisco Moura

Existe o movimento municipalista, fala-se no "clamor dos municípios" e na reforma tributária, e lembra-se que a nova Constituição é a oportunidade de se fazer justiça aos Municípios.

Alguns autores lembram que no período colonial as câmaras municipais tinham mais prerrogativas e autonomia que hoje. Escreviam diretamente ao Rei, aos Ministros e aos órgãos do Governo central e algumas enviavam procuradores à Corte.

O pesquisador paulista Manoel Rodrigues Ferreira defende a tese de que, antes da Independência ou da revolução liberal de 1820, não haviam câmaras municipais no Brasil, mas repúblicas municipais ou repúblicas locais. Estabelece uma comparação com a República de Veneza, e demonstra que seu sistema eleitoral apresentava semelhanças com o das vilas e cidades do Brasil antigo (1).

Mestre Agostinho da Silva, imaginando o mundo de justiça e compreensão que seria o sonhado Quinto Império "que, para ser justo, nem nome teria de Império", aposta na recuperação da autonomia das antigas repúblicas municipais.

"(...) tenho o que se poderia chamar ambiciosamente de plano político para Portugal, plano que não é mais do que trazer de novo a plena existência de trabalho as instituições que foram nos melhores tempos os tijolos de que se construiu a Nação. Em primeiro lugar a máxima autonomia para os conselhos devendo considerar-se o País como um agregado de repúblicas municipais coordenadas em seus movimentos pelo governo central e recolhendo a este uma porcentagem, a menor possível, das receitas locais; dos entendimentos entre os conselhos com interesses comuns nasciam as regiões, não sendo elas determinadas, mas apenas reconhecidas, pelos órgãos centrais do Estado" (2).

Em trabalho publicado em 1979 (Arraial do Cuyabá - Vila Real do Senhor Bom Jesus - 1719 - 1727), salientamos que, em 1723, antes de ser erigido em Vila, Cuiabá teve um governo republicano. Teria sido, assim, uma república avant la lettre, mesmo com relação às repúblicas locais da tese de Rodrigues Ferreira, isto é, da república que seria instalada com a elevação a Vila (19 de janeiro de 1727).

Mencionam esse "governo republicano" José Barbosa de Sá, primeiro cronista de Cuiabá, e Felipe José Nogueira Coelho, cronista de Vila Bela.

Em 1723, diz Barbosa de Sá, com as canoas de povoado, isto é, de São Paulo, chegou carta do novo Governador Rodrigo César de Meneses, ao guarda-mor Pascoal Moreira Cabral com um regimento para arrecadação dos quintos do ouro, dos dízimos dos frutos e dos direitos que se haviam de cobrar das fazendas e escravaturas.

Enviou ainda o governador "outras instruções para o governo político",

"e que elegeisse doze colaterais com título de deputados, e que assistissem dois em cada bairro com um escrivão e um meirinho, e todos juntos formassem com o guarda-mor um como Senado para determinarem nos ocorrentes casos o que fosse para o bem comum, guiando-se pelas ditas instruções, cujo aranzel por desnecessário e por luxo o não copiei nesta minha

história" (3).

Pena é que o aranzel não tenha sido transcrito pelo cronista. Provavelmente ainda possa ser encontrado em documentação inédita ou talvez mesmo em alguma coleção publicada em Portugal ou no Brasil, de documentos históricos.

Detenhamo-nos, de passagem, no vocábulo aranzel.

O sentido mais comum que tem hoje em dia a palavra é o de "discurso prolixo e enfadonho; lenga-lenga", pois já está assim definido nos primeiros anos deste século por Cândido de Figueiredo, que registra também a acepção antiga de "Formulário. Tarifa alfandegária".

Teria o cronista se referido ao documento empregando o aranzel com sentido depreciativo ou irônico, portanto? (discurso prolixo e enfadonho, lenga-lenga).

Entretanto, como a palavra é de origem árabe, consultamos o especialista português José Pedro Machado, e verificamos que ele não empregou nesse sentido, pois,

"Os primeiros sentidos desta palavra teriam sido: forma, ordem, regimento de alguma coisa; catálogo, lista, série, encadeamento; os de 'discurso prolixo; narrativa longa e aborrecida; ruído longo; susurro, só se documentam no século XIX, ausentes ainda do Dicionário da Academia (1793) (4).

O segundo cronista, Filipe José Nogueira Coelho, diz, sobre as instruções enviadas de S. Paulo pelo Governador Rodrigo César de Meneses:

"Ordenou também a forma de governo político, que consistia em que ele, guarda-mor, elegendo doze deputados, formasse um como senado para o regimento ordinário. Seria ele na verdade uma bem imperfeita imagem da aristocracia".

Entretanto, acrescenta Nogueira Coelho,

"Breve duração teve esse governo republicano, por que no ano de 1724 chegou o tenente-coronel José Antunes Maciel provido em superintendente geral das das minas, e Fernando Dias Falcão um capitão-mor regente" (5).

Nos documentos antigos os cargos municipais eram chamados cargos da república, e os que os desempenhavam eram chamados republicanos.

Muito ainda há para dizer sobre os termos república, republicano, concelho (do latim concilium), câmara e município. Mas em outra oportunidade:

Notas

- 1- Manoel Rodrigues Ferreira, As Repúblicas Municipais no Brasil (1532-1820), S. Paulo, 1980. Posteriormente o mesmo autor publicou outros trabalhos que abordam e desdobram o mesmo tema.
- 2- Agostinho da Silva, Carta Vária XLIV, 3.6.87.
- 3- Carlos Francisco Moura, Arraial do Cuyabá - Vila Real do Senhor Bom Jesus - 1719-1727, Rio de Janeiro, 1979, p. 83.
- 4- José Pedro Machado, Influência Árabe no Vocabulário Português, vol. I, Lisboa, 1958, p. 308.
- 5- Carlos Francisco Moura, o.c., p. 84.

A Propósito de Relembrações, de Antonio de Arruda

Corsíndio Monteiro da Silva

(Alocação na Casa Barão de Melgaço, no dia 9 de janeiro de 1988, na sessão comemorativa do centenário de nascimento do Prof. Isác Póvoas).

Justifica-se minha palavra nesta solenidade de lançamento do livro do Desembargador Antônio de Arruda, intitulado Relembrações, e de uma monografia comemorativa do Centenário de nascimento do Professor Isác Póvoas: rebi um convite especial daquele meu estimado Amigo, não só para comparecer ao lançamento do livro como, eventualmente, dizer algumas palavras de ocasião.

Como não me foi possível estar fisicamente presente, compareço pela palavra escrita que substanciará minha presença em espírito, em momentos como este em que almas gêmeas da nossa convergem-se em torno de um só e grande acontecimento, embora idealmente ele se bifurque: o lançamento do livro do gênero que homenageia o sogro querido e no livro de memórias do mesmo gênero que faria a alegria e o orgulho do sogro.

Neste pormenor, aparentemente casual, se presente, de logo, a grandeza do homenageado, que é o Professor Isác Póvoas, e a do homenageante, o Desembargador Antônio de Arruda, que, a um só tempo, lhe foi genro, filho, amigo, admirador e discípulo, irmanados que sempre foram ambos em exemplar afeto.

Honrou-me o prezado Desembargador Arruda, não somente com este amável convite, quanto com o colocar em destaque, no pórtico deste seu livro de crônicas, algumas palavras que sobre um outro livro seu, não publicado, es crevera eu há mais de três décadas, espaço de tempo bastante para que ficassem elas irremediavelmente perdidas no tempo e no espaço.

Mas, o que ali disse, para surpresa geral, não des toa do que penso ainda hoje sobre o Desembargador Antônio de Arruda, nem deu ensejo a decepções, salvante que o que ali preconizei de que representava ele um talento destinado a mais amplos horizontes e a uma realização maior - aconteceu de fato. Hoje, aquele modesto Promotor da Província, depois de haver ascendido aos mais altos postos da hierarquia do Poder Judiciário de seu Estado natal, de haver sido professor universitário, é um jurista consagrado e uma das figuras mais expressivas do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, onde serve, há mais de vinte anos, com competência e brilho, cercado do respeito, do prestígio e da simpatia dos dirigentes e de quantos servem àquela benemérita instituição de altos estudos sobre a realidade brasileira.

Perdura o Desembargador Arruda como um homem sumamente ético, e seus escritos estão a revelar sempre o seu caráter e a elevação do seu espírito. A cultura invejável de que dispõe, aliada a uma filosofia de vida nem sempre fácil de realizar na prática de um cotidiano de circunstâncias aflitivas e não raro constrangedoras, de par com um estilo cuidadoso e uma prosa elegante, linear, cautelosa, depurada, translúcida, leve, fizeram dele, o professor de Direito e o Magistrado, um exímio escritor, vernáculo, sugestivo, espirituoso, da linhagem, quicã, dos melhores cronistas modernos da língua, desde Eça de Queirós e Machado de Assis a Humberto de Campos e Monteiro Lobato, para só ficarmos com aqueles "que já foram estudar a geologia dos campos santos".

Este livro Relembrações foi escrito por alguém que conhece os segredos do difícil e ingrato ofício de escrever, por alguém que efetivamente domina a linguagem em sua pureza, para muito além dos próprios desvios fraseológicos em que o demônio torturador daquele que ousa escrever se compraz em induzi-lo a cometer. As narrativas nele contidas são breves, sintéticas, simples, e ninguém

poderá dizer que o seu autor não escreveu o que verdadeiramente pretendia dizer.

Livro composto de uma vasta gama de informes de uma memória privilegiada, em que o autor aproveitou apenas o essencial, eliminando quanto nela poderia ressumbrar a margura, seguindo, confessadamente, o exemplo de Álvaro Moreyra: buscando olvidar tudo o que lhe parecesse mataria de sobejo e desconforto, que pudesse vislumbrar lembranças amargas, que requerem mais a nobreza do silêncio que o murmurar inconsequente de qualquer gemido, de qualquer lamento.

Livro de um observador inato, sensível e tranquilo, a revelar, et pour cause, uma visão ética da vida.

São essas algumas das características que entrevejo numa primeira leitura desse belo livro, construído como uma colagem de pequenos fragmentos de uma vida e de observações esparsas de um mundo em acelerada mudança, que mal disfarça os seus desconcertos e suas inconseqüências.

O texto é simples, marcante, sem rebuscamentos, nem excessos, última fase de um processo de depuração onde até algum pormenor, aparentemente dispensável, serve de realçar o ângulo de visão do autor.

E o resultado foi esse livro esplêndido, bem estruturado na variedade de suas motivações, livro amável, agradável de se ler, escrito com muita arte, com muito gosto, livro até mesmo edificante, embora esse não fosse em rigor, ao que parece, o propósito inicial do autor, que só pretendeu registrar, de passagem, alguns dados de sua memória que nos pudesse despertar algum interesse pelo seu conteúdo histórico e humanístico.

Em grande parte este livro de Antônio de Arruda se compõe de ecos do seu passado na vida do seu tempo, que é também o nosso tempo.

E vale aqui relembrações que Voltaire dizia que mais serviço se presta à História e, conseqüentemente, à Cultura de um povo, registrando-se o que aconteceu em nosso derredor, em nosso tempo, que pesquisando nos empoeira dos arquivos do passado.

Acode-me à lembrança aquilo do Mestre Alceu Amoroso Lima, de que a literatura constitui "um dos sinais característicos da dignidade e da elevação do homem. A despeito de todas as decadências, há de sempre conservar essa marca indelével de sua aristocracia, no verdadeiro sentido do termo. A deturpação da idéia de aristocracia, típica de nossos tempos, é consequência dos próprios erros da aristocracia. Não importa. É digno o conceito de uma restauração em sua nobreza intrínseca, pois se liga à mais espontânea tendência da alma humana, a elevação. Ou é a literatura uma elevação do homem, ou não é literatura. Nesse sentido, representa, apesar de tudo, uma seleção de valores, cujo prestígio se estende a todas as classes sociais, das mais elevadas às mais desamparadas".

É assim que vemos Antônio de Arruda como escritor, como cultor da palavra artística, como homem de letras! Sua dignidade como um ser humano se reflete na sua literatura, na literatura que ele produz.

Neste livro Relembrações, cujo lançamento hoje celebramos, e que prestigia a comemoração do centenário de nascimento do grande educador que foi Isác Póvoas, poderá o leitor entregar-se ao doce prazer da leitura, e até mesmo degustar uma proveitosa releitura, quando refluir saudosamente ao passado próximo nas ondas destas memórias do nosso cronista ilustre, Antonio de Arruda, e aí deparará com um aristocrata do espírito, um homem gentil e amável, que é, por isso mesmo, por tudo isso, orgulho da nossa gente, expressão maior da nossa Cultura, a quem saudamos de pé, a bater-lhe as palmas à personalidade exemplar e à sua obra de valor imperecível, que nos enchem, a todos nós, amigos e discípulos seus, de alegria imensa e de justificado orgulho.

Rua Sete de Setembro



A Igreja do Senhor dos Passos é uma das mais antigas de Cuiabá. (Foto do Arquivo do NDIHR).

Rua cheia de recordações e pitorescos fatos históricos. Chamada antigamente de "Rua do Oratório", hoje, em homenagem à independência de nossa Pátria, leva como nome a data comemorativa: "SETE DE SETEMBRO".

Pouco conhecida com esse nome, pois é uma continuação da rua Caldino Pimentel (Rua DE BAIXO), tem início na esquina da Rua CAMPO GRANDE e termina na Avenida Ten. Coronel Duarte.

MARIA AUXILIADORA DE FREITAS

Ao passar por lá, temos a impressão de estar ouvindo o funcionamento da Tipografia Nally Huguene de Siqueira, onde rodaram muitas publicações. Nesta rua está situada a IGREJA "SENHOR DOS PASSOS", a sexta a ser construída em Cuiabá.

Ao lado do templo religioso havia, antigamente, um BECO que levava o nome da Igreja. Ali foi palco de vários acontecimentos que estão registrados na nossa história, como a do conhecido "TOTÓ-ORÇA", cuja figura assemelhava-se a de um orangotango. Vivía ele na igreja, porém exercia suas funções, de síncero, com relativa inexistência. Por isso, quando ameaçavam tirar-lhe o emprego ele argumentava que não tinha isso, uma vez que ninguém aceitaria tal trabalho, pois a escada era íngreme, escura e cheia de morcegos. Esta Igreja, segundo contam, foi erguida pelos esforços e dedicação de Manoel Cova (como era conhecido), que, depois de ter sofrido um ataque de catalepsia, acordou em seu próprio enterro.

Em comemoração ao milagre, juntou dinheiro e mandou erguer a igreja. Ao lado dessa, em 1952, deu-se um incêndio no depósito de gasolina da Shell, de propriedade de Benedito Afonso de Souza, porém as chamas não chegaram a atingir a igreja.

Toda a rua foi tombada pelo Patrimônio Histórico, por sua significação e expressividade de seus casarões, que, ainda hoje, imponentes conduzem os transeuntes a relembrares tempos de outrora. Ao escritório da SPHAN, Pró-Memória, está reservado, para instalação futura, um desses belíssimos casarões.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

